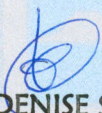


**DECISÃO QUANTO A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019**

Foi apresentada no dia 05 de novembro de 2019, pela empresa COMPANHIA RIOGRANDENSE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, CNPJ Nº 03.505.185/0001-84, impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 36/2019, lançado pela municipalidade, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário.

Em face às alegações apresentadas e, após parecer da Procuradoria Geral do Município e diligência junto ao Setor de Técnico do Departamento de Meio Ambiente – DEMA da municipalidade, os quais se encontram anexos a este documento, o Município de Candelária decide pelo DEFERIMENTO PARCIAL do pedido.

Candelária, 06 de novembro de 2019.



**CARLA DENISE STEINHAUS**  
Pregoeira



**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA - SMAMAP**

**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – DEMA**

**DATA: 06/11/2019**

**ASSUNTO: IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2019.**

**PARECER TÉCNICO**

Foi apresentado no dia 05 de novembro de 2019, pela empresa **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS**, CNPJ Nº 03.505.185/001-84, impugnação ao Edital de Pregão nº 36/2019, lançado pela municipalidade, cujo objeto é a contratação de serviço de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário.

A impugnante, **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS**, CNPJ Nº 03.505.185/001-84, apresenta os seguintes pedidos de impugnação, a serem apreciados neste Parecer Técnico:

(2) Uma vez esclarecido qual a distância máxima que o aterro deve ter do Município (215 km ou 250 km), requer seja fixado um critério de julgamento das propostas que considere a soma das despesas com a destinação e com o transporte do resíduo.

(3) Seja exigida dos licitantes uma declaração de que o aterro detém capacidade de recebimento do resíduo licitado considerando o volume informado na licença de operação e os compromissos já assumidos pelo postulante.

**Impugnação 2:**

Em face de demanda apresentada no item 2, conforme consulta técnica via contato telefônico em 06/11/2019, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o Auditor Clauber Bridi, obtivemos como orientação que o objeto ora licitado, não engloba custos referentes ao transporte de resíduos até o aterro sanitário a ser contratado, sendo tal serviço vinculado a outro processo licitatório em conjunto com o serviço de coleta convencional e seletiva de resíduos sólidos urbanos.

Ainda, por se tratar unicamente da contratação de destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito em aterro sanitário devidamente licenciado ambientalmente, não compete





analisar propostas comerciais que envolvam custos relacionados ao transporte, mas tão somente o custo unitário por tonelada a ser destinada.

Com relação ao distanciamento da unidade de aterro sanitário adotada no Projeto Básico, informamos que a Administração Pública, com objetivo máximo de promover a ampla concorrência, em atendimento as orientações técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, definiu-se como distância máxima de localização do aterro sanitário como 215 km com relação à Prefeitura de Candelária. Este posicionamento também foi referendado pelo Auditor Clauber Bridi, quando questionado na consulta técnica.

No tocante a distância estabelecida na alínea “a” do item 7.1.4 do Edital de Pregão nº 36/2019, a distância de 215 km está vinculada ao exposto no item 6.1 do Projeto Básico, sendo tal, a distância máxima aceitável da unidade de aterro sanitário disponível para contratação do serviço de destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito. E, com relação à divergência de distância (250 km) apontada pela Impugnante, referindo-se ao item 4.1 do Projeto Básico, informamos que em tal item somente é descrito que foram efetuados levantamentos das cotações orçamentárias em aterros sanitários em distância máxima de 250km, ou seja, os valores de custo unitário por tonelada, que serviram de base para média geral, foram obtidos através de unidades de aterros sanitários em distância máxima de 250 km do Município de Candelária.

Diante do acima exposto, levando em conta os princípios constitucionais que devem nortear a Administração Pública, e principalmente o resguardo do interesse público, recomendamos o INDEFERIMENTO do pedido 2 apresentado pela Impugnante.

Impugnação 3:

A contratação de aterro sanitário para o serviço de destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos do tipo rejeito, se trata de uma atividade de alto impacto ambiental com necessidade de licenciamento ambiental para operação da atividade.

Inicialmente, a Resolução CONSEMA nº 372/2018, alterada pela Resolução CONSEMA nº 408/2019, define que a atividade aterro sanitário é exclusivamente licenciada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, e, mediante conhecimento técnico do texto legal comumente descrito em licenças de operações de aterros sanitários no Estado do Rio Grande do Sul, a FEPAM ao deferir uma licença de operação, não condiciona ao



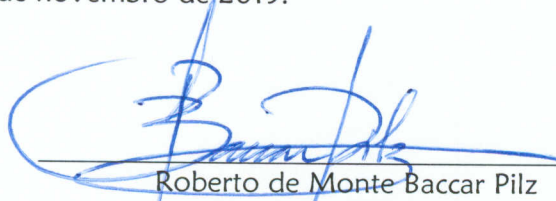


empreendimento, o controle específico sob os compromissos firmados a título de recebimento de resíduos, mas tão somente define a capacidade máxima diária de resíduos sólidos urbanos e determina que o controle de recebimento dos resíduos no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para qual o foi projeto. Assim, entende-se que o empreendimento ao disponibilizar o serviço de aterro sanitário, seja por contratação pública ou privada, apenas poderá firmar contratos e receber resíduos sólidos urbanos dentro da capacidade determinada na licença ambiental, e, em caso da prestação de serviço de maneira incompatível com o volume determinado, estará operando em descumprimento com o disposto na licença de operação.

Ainda, entendemos que a declaração requerida pela Impugnante, não atesta qualquer garantia de capacidade de recebimento do resíduo licitado considerando o volume informado na licença de operação e os compromissos já assumidos pelo postulante, visto que, impossível ao licitante tecer análise fiscalizadora sobre a declaração, para averiguar se o conteúdo declarado é compatível com a realidade, competindo a FEPAM a ação de fiscalização.

Diante do acima exposto, levando em conta os princípios constitucionais que devem nortear a Administração Pública, e principalmente o resguardo do interesse público, recomendamos o INDEFERIMENTO do pedido 3 apresentado pela Impugnante.

Candelária, 06 de novembro de 2019.



Roberto de Monte Baccar Pilz  
Engenheiro Ambiental  
Departamento de Meio Ambiente



Albino Oto Gewehr  
Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural





## COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 7778/2019

Requerente: DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Assunto: LICITAÇÃO

Subassunto: ABERTURA DE PROCESSO

Origem:

Usuário: TANAELA ELLWANGER MULLER  
Repartição: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Responsável: FRANCIELE SCHRODER  
Data/Hora: 06/11/2019 16:12  
Observação: Ciente.

A empresa CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos LTDA apresentou Impugnação ao Pregão nº 036/2019, e no item I, alegou ausência de requisitos para aferição da qualificação econômica-financeira dos licitantes no edital, pugnando ao fim, a alteração do instrumento convocatório, de modo que passe a constar a previsão de apresentação da documentação exigida.

Com efeito, assiste razão à Impugnante neste ponto, uma vez que dispõe o art. 31 da Lei nº 8.666/93, que "A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:  
I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;  
II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;  
III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação".

De acordo com o art. 31, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93, para fins de comprovação da boa situação financeira da empresa participante de certame licitatório, a avaliação será objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo:

"§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações-decorrentes da licitação".

Dito isso, por se tratar de objeto de certa complexidade, a Procuradoria Geral do Município recomenda a alteração do Edital de Pregão nº 036/2019, a fim de que passe a exigir a documentação relativa aos arts. 27 e 31 da Lei de Licitações, uma vez que mera escolha aleatória de índices financeiros implica invalidade da exigência, a qual deve ser obrigatoriamente fundamentada.

Atenciosamente,

Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora Jurídica  
OAB/RS nº 86.371

Ass: \_\_\_\_\_



# MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

Processo Digital  
Guia Movimentação

Pág 2 / 2

Destino:

Repartição: LICITAÇÕES

Responsável: ELAINE SUELI ECKEL

Data/Hora: 06/11/2019 16:12

Ass: \_\_\_\_\_

Recebido por: \_\_\_\_\_

Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_